

Meio ambiente, ONGs e os bancos multilaterais de desenvolvimento: o Paraná em foco

Sigrid de Mendonça Andersen*

Este artigo discorre sobre a relação entre organizações não-governamentais ambientalistas (ONGs) e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) nesses últimos anos. Mostra como as pressões e campanhas desencadeadas pelo movimento ambientalista internacional acabaram resultando na incorporação do componente “verde” nos programas e projetos financiados por esses bancos. Hoje qualquer governo da América Latina que solicitar empréstimos ao Banco Mundial (BIRD) ou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deverá necessariamente submeter seus programas a uma avaliação ambiental, ou mais rigorosamente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). O artigo também analisa sob esta ótica a situação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

** Socióloga, Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade de Aberdeen, Escócia, e consultora ambiental.*

e inventaria os programas que o Governo do Estado do Paraná negocia junto aos BMDs (cerca de US\$ 850 milhões em empréstimos). Por fim, destaca a atuação das ONGs ambientalistas locais.

A RELAÇÃO ENTRE AS ONGS E OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Banco Interamericano de Desenvolvimento realizou entre os dias 27 e 30 de novembro de 1995, na cidade de Curitiba, sua VI Reunião de Consulta sobre o Meio Ambiente às organizações não-governamentais das Américas e do Caribe. Aproximadamente 60 ONGs estiveram presentes debatendo o tema da participação comunitária nas questões referentes ao desenvolvimento do meio ambiente urbano dos projetos financiados pelo BID. Autoridades locais, o governador Jaime Lerner e o então prefeito Rafael Greca, reservaram algumas horas desse encontro para divulgar a cidade de Curitiba aos visitantes, enquanto negociavam com autoridades do BID novos empréstimos internacionais para o desenvolvimento do Paraná. O próprio presidente do BID, o uruguaio Enrique Iglesias, participou da sessão plenária inaugural.

Com isto, a principal pergunta que se levanta é: por que o BID consulta as ONGs? Seria um reconhecimento ao papel que representam para a proteção do meio ambiente nos seus respectivos países? O Banco diz que sim. Tais consultas são necessárias para aprimorar as estratégias de avaliação e de tratamento dos impactos ambientais provenientes dos projetos instaurados pelas operações de financiamento. Segundo o BID, as ONGs contribuem positivamente para um *fine-tune*, ou seja, um afinamento dos seus projetos. Caracterizadas como integrantes do movimento comunitário, as ONGs representariam a opinião de segmentos sociais, muitas vezes ignorados nos programas ou projetos de desenvolvimento. Por atuarem diretamente na base da sociedade, possuem uma visão integrada da realidade e compreendem mais de perto os impactos sociais e ambientais. Desse modo, podem com maior acuidade opinar, sugerir ou mesmo servir de interlocutoras entre o Banco e as comunidades afetadas. As reuniões de consulta seriam, então, canais abertos e diretos entre as ONGs locais e o BID, orientando os trabalhos de seus técnicos que vivem, cobram e decidem na distante Washington DC.

É evidente que a relação entre ONGs e o BID não é tão harmônica quanto aparenta. Nem menos conflitivo é o relacionamento entre ONGs e seus governos em se tratando de empréstimos inter-

nacionais. Geralmente, trata-se de um volume grande de recursos para financiar programas de desenvolvimento, envolvendo milhões de dólares, que deverão ser pagos pelos países prestatários dentro de um regime de carência facilitado e juros abaixo do mercado. Apesar das facilidades, o BID é uma instituição financeira com fins lucrativos e como tal funciona, esperando que nos prazos concordados os empréstimos sejam devidamente pagos. Então, se as operações de empréstimos são contraídas pelos governos, por que envolver as ONGs? E o que os governos acham disto?

O fato é que o espaço de consulta do BID às associações ambientalistas, hoje institucionalizado, não foi concedido, mas habilmente conquistado. As ONGs formam um grupo de atuação política conexo e articulado, a despeito de muitas delas serem estruturalmente deficientes e de enfrentarem escassez de recursos para o seu funcionamento. Atuam como grupo de pressão e influem na opinião pública, utilizando-se dos meios de comunicação que atingem cidadãos do mundo inteiro. O BID sabe disto, e pela necessidade de manter a boa imagem da empresa passou a não subestimá-las.

Quem são as ONGs ambientalistas da América Latina?

O termo ONG vem sendo utilizado para definir um caleidoscópio de aproximadamente 3.000 organizações espalhadas pela América Latina, criadas para atuar em defesa da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente no continente. Essas organizações congregam múltiplos setores da sociedade, são geralmente sem fins lucrativos, realizam trabalho voluntário e, muitas vezes, dependem de doações de seus filiados ou de terceiros para desenvolverem suas atividades.

As ONGs são geralmente enquadradas nas seguintes categorias:

- a) as que defendem um **ecossistema ameaçado**, como, por exemplo, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Sociedade para a Defesa do Pantanal (Sodepan), no Brasil, a Fundação Pró-Sierra Nevada Santa Maria, na Colômbia, o Grupo Ecológico del Chaco, na Argentina e o Centro Ambiental para La Cuenca del Plata (CACPLA), no Uruguai;
- b) as que protegem espécies de **animais em extinção** como as baleias, as tartarugas, os condores, os micossleões, etc. A Sociedade Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) do Paraná é uma das mais atuantes nesta categoria;

- c) as que promovem a **educação ambiental, despertam a opinião pública e pressionam governos** para um maior compromisso com a ecologia, como por exemplo a Fundación Tierra Alerta, na Argentina, o Grupo Alternativa, no Peru, e o Movimiento de Acción Ecológica, no Chile;
- d) as que protegem **comunidades indígenas ou algum outro tipo de segmento social**, em que o aspecto da preservação do meio ambiente é condição fundamental para a sua existência. São exemplos disso, as organizações: Sobrevivência, no Paraguai e Associação Nacional dos Seringueiros, na Amazônia;
- e) as que abarcam **objetivos abrangentes**, como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e a Funatura, no Equador. Esta última trabalha nas operações de *debt-swap*, ou seja, na conversão da dívida externa para projetos ambientais nas reservas marinhas, florestais ou indígenas daquele país;
- f) as com **temáticas específicas na área ambiental**, como a Sociedade Brasileira de Direito Ambiental (Sobradima) e o Fundepúblico, na Colômbia e a Associação de Jornalistas para o Meio Ambiente, no Paraguai;
- g) ainda existem as **associações internacionais**, que atuam no continente Sul Americano através de representações nacionais. Exemplos: Greenpeace, World Wildlife Fund (WWF) e Friends of the Earth (Amigos da Terra).

Dados os poucos recursos financeiros de que dispõem e devido à fragilidade de suas estruturas administrativas, comumente as ONGs se unem formando redes nacionais ou regionais para possibilitar melhor fluxo de informação e fortalecer suas ações. Daí o surgimento da Rede Latino Americana de Ecologia Humana, do Fórum de ONGs, no Brasil, da Rede Centro-Americana de Ambientalistas, da Rede Nacional Mata Atlântica, da Federación de Organizaciones y Juntas Ambientales, na Venezuela (FORJA), e da Liga de Defensa de la Naturaleza, na Bolívia, dentre outras.

No caso específico dos projetos dos BMDs, uma rede entre ONGs latino-americanas, norte-americanas e européias formou-se com o objetivo de introduzir a questão ambiental nos projetos financiados por esses bancos. A ação estratégica das ONGs teve repercussões internacionais.

Projeto Polonoroeste: marco de condicionantes ecológicas nos empréstimos do Banco Mundial

A vulnerabilidade dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em relação às ONGs ficou evidenciada na campanha contra o Projeto Polonoroeste. Elaborado e financiado pelo Banco Mundial em conjunto com o governo do Brasil na década de 80, seu objetivo principal era organizar a caótica ocupação do Estado de Rondônia e noroeste do Estado do Mato Grosso (em sua porção amazônica), pavimentando a rodovia BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, num total de 502 km, abrindo ao assentamento de novos colonos. No início de 1980, o Banco Mundial liberou a quantia de US\$ 320 milhões ao Brasil, referente à etapa inicial do Projeto. Com sua implementação, os impactos ambientais vieram a reboque: desmatamento e conflitos entre colonos assentados e indígenas locais, ameaçando a sobrevivência física e cultural dos nambiquaras. A reação dos grupos ambientalistas da Amazônia foi imediata e resultou na formação de uma campanha nacional que visava suspender o financiamento do Banco, até que o Polonoroeste, localizado na maior floresta tropical do mundo, fosse reorientado para atender às exigências ambientais e sociais.

O êxito da campanha foi possível graças ao apoio e à atuação das associações ambientalistas norte-americanas Environmental Defense Fund (EDF) e National Wildlife Federation, as quais – conhecedoras dos meandros da política financeira – lograram um aliado importante e decisivo: o Congresso Norte-Americano, encarregado de determinar o montante da contribuição anual dos EUA aos Bancos Multilaterais. Vale lembrar que a contribuição do governo dos EUA em 1985 era de quase 19% do total capital do Banco Mundial!¹

Pressionado pela forte campanha desencadeada na mídia – comprometendo sua imagem ao ser acusado de “destruidor da Amazônia” e “vilão ambiental” – e temeroso ante a ameaça do Congresso Norte-Americano sobre o Departamento do Tesouro dos EUA, o Banco Mundial, em março de 1985, decide congelar o financiamento. Exige do governo brasileiro uma avaliação ambiental do Projeto Polonoroeste antes de liberar os empréstimos para as etapas subseqüentes. Ainda, a partir de 1987, o Banco Mundial passa a incluir critérios ambientais na avaliação dos projetos e programas que lhe são apresentados, exigindo os prévios Estudos de Impacto Ambiental.

É curioso observar a hábil estratégia das ONGs norte-americanas na questão do Polonoroeste. Em termos organizacionais,

¹ Os demais países com significativas contribuições ao Banco em 1985 eram: Inglaterra (6,20%), Alemanha (6,02%), Japão (5,99%) e França (5,07%). (RICH, B. *The Multilateral Development Banks, environmental policy and the United States. Ecology Law Quarterly*, v.12, n.4, 1985).

o Congresso dos EUA tem poderes para pressionar o seu Departamento do Tesouro a exercer maior controle sobre as políticas do Banco Mundial. Em termos políticos, o Congresso é, ao mesmo tempo, o fórum representativo dos interesses dos cidadãos americanos e o órgão competente para decidir sobre disposições orçamentárias. Se uma parcela da renda oriunda de impostos americanos está sendo utilizada para financiar instituições cujas ações contrariam os interesses dos contribuintes, é legítimo que eles manifestem sua oposição em relação ao modo como esses recursos estão sendo aplicados. A Environmental Defense Fund e National Wildlife Federation souberam articular muito bem todos os agentes envolvidos no Projeto de modo a suspender o financiamento.²

Essa medida atingiu como um torpedo o governo do Brasil. Pela primeira vez fatores ambientais justificaram a interrupção de empréstimos internacionais na promoção de seu desenvolvimento. O Brasil, que vinha sendo um dos principais tomadores de empréstimos juntos aos BMDs (isto é projetos no setores da energia, transporte, irrigação e produção agrícola), considera as condicionantes ecológicas uma afronta à sua soberania, mas passa a cumprir as exigências do agente financiador. Oito anos se passaram para que o governo brasileiro reconhecesse a importância da medida e implementasse a mesma política às suas instituições financeiras através do "Protocolo Verde"³, instituído pelo Decreto de 29 de maio de 1995.

A "Pressão Verde" sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A pressão dos ambientalistas sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento ocorreu na mesma década de 80. O BID sofreu várias críticas da imprensa internacional, resultado do trabalho lobista das ONGs, por haver financiado a abertura e a pavimentação de estradas no Estado do Acre, as quais causaram desmatamento de grandes porções da Floresta Amazônica, destruição de tribos indígenas e ameaça à sobrevivência econômica de vários seringueiros. Anos antes, o Banco já havia sido criticado por grupos de ecologistas ao liberar financiamento para a construção de uma hidrelétrica na Guatemala, que pouco ou nada contemplou o aspecto ambiental e o reassentamento das populações das áreas inundadas.

Disposto a abrir um diálogo direto com os dirigentes e acionistas do Banco, um grupo de ONGs, sob a liderança da norte-americana National Wildlife Federation, impôs sua participação na reunião anual do BID ocorrida em Miami, Flórida, em 1987. Essa

² Sobre este assunto, ver em mais detalhes o artigo RODRIGUES, Maria Guadalupe. Movimento ambiental e ativismo político: um estudo de caso da campanha contra os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, jul./dez. 1993.

³ O "Protocolo Verde", assinado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, é um Programa dirigido aos bancos oficiais do Brasil cujo objetivo é incorporar a variável ambiental no processo de gestão e concessão de crédito e benefícios fiscais às atividades produtivas. Deverá ser implantado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Caixa Econômica Federal.

delegação solicitou formalmente aos dirigentes do BID a criação de uma unidade ou de um departamento ambiental dentro do Banco com pessoal tecnicamente qualificado para analisar todos os projetos submetidos a financiamento. Solicitou, ainda, maior participação das comunidades afetadas no desenvolvimento dos projetos. Chico Mendes, líder do movimento dos seringueiros na Amazônia, participou dessa delegação, advertindo sobre a falta de critérios ambientais nos projetos de ocupação da Amazônia (desenhados pelo governo brasileiro e financiados pelos Bancos Multilaterais) e pedindo apoio para a criação das reservas extrativistas. Poucos meses depois, o assassinato de Chico Mendes em Xapuri, provocado pela disputa de terras entre os seringueiros e os novos colonos na Amazônia, ilustrava tragicamente o conflito e colocava em xeque a política de financiamento desses mesmos bancos.

Em 1988, outra delegação de ONGs, mais fortalecida, participa da reunião anual do BID em Caracas, discutindo os assuntos ambientais diretamente com autoridades ministeriais da Europa e Estados Unidos – contribuintes ao capital do BID⁴. No ano seguinte, em 1989, outra delegação formada por ONGs de Guatemala, México, Chile, Brasil, Canadá, EUA e de alguns países europeus participa da reunião anual, ocorrida em Amsterdã. Diálogos conturbados, percepções diferentes, as ONGs eram vistas como um convivente difícil e inevitável.

Com a nomeação do uruguaio Enrique Iglesias para a presidência do BID em 1988, o clima para as ONGs se torna mais favorável. Nessa época, o recém-criado departamento de meio ambiente no Banco chegou a publicar, em documentos oficiais, que as ONGs poderiam ser colaboradoras importantes para melhor orientar políticas, programas e projetos do BID, rumo ao desenvolvimento sustentável.⁵ Daí, surgiram as reuniões de consulta. Entenda-se por reuniões de consulta as conferências para reflexão e aconselhamento, pois cabe somente ao BID as finais deliberações.

“Watchdogs” dos BMDs: a Rede Ongs de Bancos

O resultado da campanha pela suspensão do Polonoroeste e pelo “esverdeamento” dos BMDs gerou, dentro da comunidade de ONGs, uma rede de informação que veio se fortalecendo ao longo dos anos e que se consolidou com a criação da “Rede de ONGs sobre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento da América Latina e Caribe”, em reunião ocorrida na cidade de Guadalajara, em 1994.

⁴ O BID pertence a seus 46 países membros, dos quais 28 são membros regionais do continente americano e 18 membros extra-regionais da Europa, Ásia e Oriente Médio.

⁵ Ver BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Marco conceptual para la acción del Banco en la protección y mejoramiento del ambiente y la conservación de los recursos naturales*. Washington: BID, 1988. p.7, item 5.3.

Composta basicamente por ONGs, essa rede tem como principais objetivos:

- a) acompanhar o seguimento dos projetos e políticas dos bancos;
- b) fortalecer o papel das ONGs e dos movimentos sociais em relação aos projetos e políticas dos BMDs;
- c) promover a formulação de alternativas de desenvolvimento;
- d) fortalecer a capacidade das ONGs para exigir maior transparência e responsabilidade dos BMDs em suas políticas e projetos.

A Rede ONGs de Bancos é capaz de disseminar informações em segundos, via Internet, a cada ONG conectada ao sistema. A ONG norte-americana The Bank Information Center (BIC) constitui o núcleo central que coordena as operações com base na estratégica cidade de Washington, sede dos Bancos Multilaterais. Esse núcleo central informa às ONGs sobre os projetos submetidos a financiamento, em negociação, ou aprovados pelos bancos. Recebe, por outro lado, informações das ONGs, espalhadas nos continentes, sobre o andamento dos projetos e suas repercussões ambientais. Caso necessário, o BIC e as ONGs, em conjunto, articulam-se para rever, adequar ou mesmo suspender uma negociação ou um projeto em implementação, através de audiências com as autoridades competentes, impetrando ações civis junto ao Ministério Público, fazendo denúncias aos parlamentos nacionais e/ou engatilhando uma campanha com ampla divulgação na imprensa internacional.

A Sexta Reunião de Consulta BID/ONGs sobre o Meio Ambiente Urbano

Ao realizar sua VI Reunião de Consulta às ONGs em Curitiba, o BID definiu o tema da agenda: meio ambiente urbano. Os projetos em negociação são vários e os problemas ambientais das cidades latino-americanas são graves, conseqüência direta da crescente migração campo-cidade. Atualmente, a cada quatro habitantes latino-americanos três vivem hoje em áreas urbanas. É também nessas áreas que se concentram as atividades industriais e de serviços. Segundo estimativas do BID, a população do Continente crescerá dos 432 milhões de habitantes que existiam em 1990 para 546 milhões de habitantes no ano 2000. Essa explosão demográfica está sendo absorvida principalmente

pelas cidades (77%), gerando em paralelo uma série de problemas ambientais, dentre os mais importantes estão: o lixo e a poluição da água.

A poluição das águas ainda é a principal causa da mortalidade infantil em muitos países. Somente 75% da população urbana na América Latina possui, atualmente, serviços de abastecimento de água, e somente 49% tem acesso à rede de esgotos, embora o esgoto coletado seja na sua grande maioria despejado diretamente nos rios que banham as cidades. Quanto ao lixo, dados do BID acusam que as cidades da América Latina geram entre 50 a 70 milhões de toneladas de lixo domiciliar e industrial sólidos, a cada ano. Deste total, 60% coletado, mas geralmente depositado em "lixões" a céu aberto, gerando contaminação e problemas de saúde. Dada a escassez de recursos, os governos municipais, via de regra, tendem a priorizar o sistema de coleta e deixam para segundo plano o tratamento e a destinação final desses resíduos.

A realidade do Estado do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba não é diferente. De acordo com o Censo Demográfico de 1991, o Paraná possui uma população de 8,5 milhões de habitantes, dos quais 6,197 milhões (73%) vivem no meio urbano e 2,250 milhões (27%) no campo. Dos anos 70 aos 90, cerca de 2,7 milhões de paranaenses deixaram o meio rural. O crescimento explosivo da Região Metropolitana de Curitiba com a vinda de paranaenses de todas as regiões em busca de trabalho, somado aos insuficientes investimentos públicos no setor de infra-estrutura básica e de serviços, gerou um déficit no sistema de produção e distribuição de água potável e um quadro ambiental lamentável, visível na contaminação de quase todos os rios da região. A "Curitiba Ecológica" divulgada pela mídia e que se sustenta apenas no fator "verde", ou seja, na generosa quantidade de cobertura florestal por habitante, não retrata a realidade da Curitiba, com todas as suas bacias hidrográficas condenadas pela poluição⁶, incluindo todo o lençol freático. O principal poluente hídrico é o dejetos sanitário, responsável por 91,7% da carga total⁷. A cidade registra tratamento de apenas 12% do esgoto que produz. E em virtude da produção de água encontrar-se inferior aos dias de maior consumo, são frequentes os racionamentos e cortes no atendimento.

As negociações do Estado do Paraná junto aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)

Considerando esse quadro, o atual plano de desenvolvimento urbano e rural do Paraná previu uma série de programas que

⁶ Os altos índices de poluição hídrica, no município de Curitiba, são responsáveis por uma sobrecarga na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu de até 25 vezes maior do que sua capacidade de autodepuração, comprometendo-a por 90 km a jusante de Curitiba.

⁷ Os efluentes industriais são despejados em grandes quantidades na bacia do Rio Barigüi (34,1%), a qual abriga a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde poucas indústrias adotam sistema de tratamento de efluente com a eficiência necessária e muitas nem adotam algum tipo de tratamento.

estão sendo negociados pelo Governo do Paraná junto ao Banco Mundial, BID e Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) do Japão, totalizando aproximadamente US\$ 850 milhões, um volume impressionante de empréstimos internacionais. Os grandes programas em processo de negociação ou já aprovados são:

Paraná 12 meses – no valor total de US\$ 350 milhões, tem por objetivo reverter a situação de pobreza rural e fixar o homem no campo, através de ações apoiadas na modernização tecnológica, na geração de novos empregos e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. Pretende, ademais, garantir a extensão dos trabalhos de manejo e conservação de solo para regiões ainda não beneficiadas pelo antigo Programa Paraná Rural. Para o Paraná 12 Meses, o governo estadual solicita empréstimos ao BIRD no valor de US\$ 200 milhões.

Paraná Urbano – no valor de R\$ 415 milhões, é um programa de assistência aos municípios com investimentos em infraestrutura urbana e social. Divide-se em cinco subprogramas: apoio institucional e apoio ao setor produtivo, à infraestrutura urbana social, à infraestrutura urbana básica e à aquisição de equipamentos e veículos. O Paraná Urbano seria, em linhas gerais, uma continuação do antigo Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Sob a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU), o Paraná Urbano dever ter a participação direta dos municípios. E requer do BID um empréstimo de US\$ 200 milhões para ser executado.

Programa de Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio - Proem – no valor total de aproximadamente US\$ 200 milhões, trata-se de um programa que pretende formar mão-de-obra para as exigências do mercado de trabalho, com o investimento no ensino profissionalizante. O Governo do Paraná solicita ao BID empréstimos de US\$ 100 milhões.

Programa de Qualidade de Ensino de 1º Grau – no valor total de R\$ 200 milhões, está sendo negociado junto ao BIRD. O Banco deve financiar 50% deste total.

Programa de Saneamento Ambiental do Paraná - Paranasan – no valor total de US\$ 391 milhões, dos quais US\$ 250 milhões estão sendo solicitados como empréstimo ao OECF, do Japão. O programa pretende atender à Região Metropolitana de Curitiba e ao litoral do Paraná, para resolver o problema do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Contempla, ainda, o combate à poluição gerada por agrotóxicos e embalagens químicas em todo o Estado. Segundo a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado

do Paraná, o projeto contempla a construção de duas pequenas barragens (Rio Pequeno e Piraquara II), sete estações de tratamento e reservatórios para armazenar 122 mil metros cúbicos de água na RMC, 112 km de redes adutoras e completar 109 mil ligações prediais da RMC e do Litoral. Para o problema do esgoto, estão previstas a construção de 23 estações de tratamento e a construção de 1.860 km de rede coletora com 87 mil ligações prediais na RMC e no Litoral. Para resolver o problema da poluição por agrotóxicos serão construídos 62 centros de coleta de embalagens tóxicas e uma grande unidade central de processamento.

Além dos já citados, o **Programa Proteção Floresta Atlântica** está sendo negociado junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau, da Alemanha, no valor de US\$ 13 milhões a fundo perdido, complementado por mais US\$ 7 milhões a serem fornecidos pelo governo do Estado. O projeto abrange 16 municípios e contempla a proteção de quatro reservas de Floresta Atlântica no Paraná.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas especiais do Governo do Estado do Paraná com financiamento internacional (BIRD e BID).

PROGRAMA	TOTAL (US\$ MILHÕES)	EMPRÉSTIMOS BANCO (US\$)	SITUAÇÃO
Paraná 12 Meses	350	200 (BIRD)	Em negociação
Paraná Urbano	415	200 (BID)	Aprovado
Proem	200	100 (BID)	Em negociação
Qualidade do Ensino de 1º Grau	200	100 (BIRD)	Em negociação
Paranasan	391	250 (OEFC)	Em negociação
TOTAL	1 556	850	

CONCLUSÃO

A grande campanha dos ambientalistas – que fez surgir a Rede ONGs de Bancos reclamando transparência e maior responsabilidade nas políticas e programas financiados pelos BMDs – teve repercussões positivas sobre vários aspectos. Hoje, qualquer governo que solicitar empréstimos para seus programas de desenvolvimento terá, necessariamente, de submetê-los a uma rigorosa avaliação ambiental, sob pena de não ver os recursos liberados. De fato, os BMDs têm salientado o componente ambiental no critério de elegibilidade dos programas.

O Governo do Estado do Paraná não foge à regra. O Paraná Urbano, por exemplo, desde a sua formulação, envolveu técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e consultores do BID, que juntos elaboraram o “informe ambiental” desse programa, resultado de análise de uma amostra de 140 projetos para evitar conseqüências ambientais negativas durante a sua implementação. Esse estudo foi exigido pelo próprio BID, a agência financiadora. O Paraná 12 Meses, durante sua elaboração em 1995, recebeu três visitas de consultores ambientais indicados pelo BIRD, os quais vieram verificar *in loco* se esse programa contemplava o correto manejo dos recursos naturais. Curiosamente, até mesmo o Proem, programa de ensino e capacitação, passou por uma avaliação ambiental, resultando na inclusão de um Programa de Educação Ambiental nas escolas estaduais profissionalizantes.

A maior participação das comunidades na elaboração e execução dos programas nem sempre acontece. Os Bancos propalam que, além do componente ambiental, estariam determinando como requisito e condição a qualquer projeto que financiem a consulta e o envolvimento das comunidades afetadas, e que estariam dispostos a estabelecer formas de interação mais efetivas com as ONGs ambientais. O BID, por exemplo, menciona que as ONGs poderiam servir de interlocutoras entre comunidades, autoridades governamentais e o Banco no desenho dos projetos e ainda propor a execução de novos projetos e programas que acharem convenientes.⁸ Porém, no caso específico do Paraná, que negocia quase R\$ 300 milhões em empréstimos junto ao BID, é curioso que para a VI Reunião de Consulta BID/ONGs, realizada no Jardim Botânico de Curitiba, as ONGs locais não tenham sido convidadas oficialmente. Por isto, elas simplesmente quebraram o protocolo, adentraram-se na reunião e criticaram em viva voz a falta de democracia e transparência do atual governo estadual na elaboração de programas e nas negociações dos empréstimos internacionais. É também no Paraná onde as ONGs vêm encontrando maiores dificuldades para garantir representatividade no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA).

Já o Banco Mundial tem se mostrado menos temeroso quanto à imprevisível “participação popular” e atuação das ONGs. Em 1994, autorizou que as ONGs da RMC participassem ativamente do financiamento para o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Alto Iguaçu (Prosam) – já aprovado e em execução, no valor total de US\$ 250 milhões, dos quais o Banco financia US\$ 117 milhões. Ficou acordado, após várias negociações com autoridades governamentais, que as ONGs fariam a auditoria ambiental do programa, com a liberdade de contratarem consultores próprios para avaliar a qualidade técnica

⁸ Ver BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Estratégias y procedimientos para la interacción entre el Banco Interamericano de Desarrollo y las organizaciones no gubernamentales ambientales.* Washington : BID, 1990.

do programa e verificar se as várias comunidades habitantes do Alto Iguaçu foram devidamente ouvidas, consultadas e envolvidas nas obras a serem empreendidas. Dessa forma, as ONGs esperam garantir a participação democrática, a gestão descentralizada do programa e a qualidade técnica.

A auditoria ambiental do Prosam realizada pelas ONGs da RMC revela uma conquista no âmbito paranaense, que consiste, ao mesmo tempo, num grande desafio na medida em que terão de comprovar sua real capacidade e competência para exercer esse controle social do Estado. Se os resultados forem positivos, a tendência é que a relação entre ONG e BMDs se consolide menos pelo confronto e mais pela cooperação, o que obrigará os governos nacionais, estaduais e municipais credores dos BMDs a conviver com um parceiro crítico e atuante, a ONG, agora imposta pelos próprios Bancos de Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDERSEN, S. **As ONGs ambientalistas da América Latina e as relações Norte-Sul : rumo a Rio 92.** Curitiba : Instituto Gaia do Brasil, 1992.
- 2 BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Estratégias y procedimientos entre el Banco Interamericano de Desarrollo y las organizaciones no gubernamentales ambientales.** Washington : BID, 1990.
- 3 BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Marco conceptual para la acción del Banco en la protección y mejoramiento del ambiente y conservación de los recursos naturales.** Washington : BID, 1988.
- 4 BRAMBLE, B.; HUDSON, S. **Possibilities of international NGO collaboration with the MDBs : a review of the experience of the National Wildlife Deferation USA.** S.n.t. Documento apresentado em The Second Conference on the Environment/IDB, 1989, Washington DC.
- 5 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **O protocolo verde.** Brasília, 1995.
- 6 RICH, B. **The Multilateral Development Banks, environmental policy and the United States.** *Ecology Law Quaterly*, v.12, n.4, 1985.
- 7 RODRIGUES, Maria Guadalupe. **Movimento ambiental e ativismo político : um estudo de caso da campanha contra os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.** *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro : PUC/IRI, v.15, n.2, p.215-234, jul./dez. 1993.
- 8 URBAN, T. **Relatório sobre a Sexta Reunião de Consulta sobre Meio Ambiente/ONGs e BID.** Curitiba : s.n., 1995.
- 9 WORLD BANK. **Monthly operational summary of Bank and IDA proposed projects.** Washington 1995.